

SOBRE A FUNÇÃO DA REGRA NO DEBATE CONTRA O CETICISMO*

Eduardo Ferreira das Neves Filho

Universidade Federal de Pelotas

Julio Henrique Carvalho Pereira

PPGFil - UFPEl

Mariana Marques Burkle

PPGFil - UFPEl

Resumo: o objetivo basilar do presente artigo é mostrar como a abordagem das proposições fulcrais como regras define a estratégia de Wittgenstein contra o ceticismo e, por conseguinte, é a característica principal que o diferencia de Moore na abordagem do problema. Para Moore, o cético deve ser levado a sério, havendo a necessidade da filosofia em respondê-lo, adotando assim uma estratégia positiva de resposta (no sentido não clássico de prova). Wittgenstein, por sua vez, mostra que o cético se autorrefuta, não havendo a necessidade da filosofia em respondê-lo, adotando uma estratégia negativa de resposta, assim dissolvendo o problema. A partir da análise do conceito de regra em *Da Certeza*, mostraremos como Wittgenstein estrutura sua dissolução do problema cético em um possível novo tipo de regra que é melhor alinhada a uma leitura holista do *Da Certeza*. Contudo, para defender a interpretação holista das proposições fulcrais torna-se importante mostrar a conexão entre o holismo de Quine e as observações contidas em OC, pois o holismo é tradicionalmente relacionado às considerações do filósofo norte-americano. Assim sendo, o objetivo secundário do presente artigo é investigar e avaliar o holismo de Quine e sua compatibilidade com OC. Na parte final do artigo será definida a especificidade do holismo de Wittgenstein, caracterizado como *holismo gramatical*.

Palavras-chave: Ceticismo, Moore, Wittgenstein, Regra, Holismo.

Abstract: the basic aim of the present paper is to show how the approach of hinge propositions as rules defines Wittgenstein's strategy against skepticism and therefore is the main feature which contrasts his position with Moore's position in the problem's approach. For Moore, the skeptic must be taken serious, and philosophy has the need of answer him, thus adopting a positive strategy of answer (in the non-classic style of proof). Wittgenstein, in turn, shows that the skeptic self-refutes, and philosophy has no need to give him an answer, adopting a negative strategy of answer, thus dissolving the problem. Starting with the analysis of the concept of rule in *On Certainty*, we will show how Wittgenstein structures his dissolution of the skeptical problem with a possible new kind of rule, which is better aligned to a holistic reading of *On Certainty*. However, to defend the holist reading of hinge propositions it is important to show the connection between Quine's holism and *On Certainty's* remarks, because holism is traditionally related to the considerations of the American philosopher. Therefore, the secondary aim of this paper is investigate and measure Quine's holism and *On Certainty's* compatibility. In the final part of the paper, it will be defined Wittgenstein's holism speciality, named *grammatical holism*.

Keywords: Skepticism, Moore, Wittgenstein, Rule, Holism.

* Produção do Grupo de Estudos Wittgenstein e Filosofia Analítica (UFPEL).

Introdução

O problema do ceticismo acerca da existência do mundo exterior é colocado por Descartes nas *Meditações Metafísicas*, a partir da elaboração do que pode ser chamado de *Argumento do Sonho* e *Argumento do Gênio Maligno*. O argumento relevante para a presente discussão é o *Argumento do Sonho*, pois neste é implicado que nenhum sujeito cognitivo pode asserir de maneira segura e justificada *qualquer* proposição acerca da realidade a sua volta: nem mesmo que possui duas mãos. Contudo, a solução cartesiana será ignorada, cabendo apenas analisar o problema colocado pelo cético. Sendo assim, o cético precisa de uma boa justificativa que nivele a hipótese aparentemente contra intuitiva que o mesmo apresenta frente ao conhecimento dado (conhecimento ordinário), pois é evidente que a filosofia não pode meramente conflitar com o conhecimento do senso comum sem qualquer razão para tal¹.

No entanto, o cético possui uma boa justificativa e ‘compra’ o seu direito de conflitar com o conhecimento ordinário: a filosofia não consegue fornecer nenhuma prova (tomando prova de forma clássica, como um argumento válido que possua todas as premissas verdadeiras e garantidas) do mundo exterior. Kant aponta, em sua *Crítica da Razão Pura* (B XXXIX), que é um “[...] escândalo para a filosofia, e para o senso comum em geral, que se admita apenas o título de *crença* à existência das coisas exteriores a nós”.

A partir de tal pano de fundo, Moore e Wittgenstein dão um passo à frente na empreitada filosófica contra o ceticismo, pois percebem que a estratégia clássica de solução para o problema é insuficiente por si mesma. Posto isto, Wittgenstein e Moore realizam revoluções metodológicas que implicam em novas estratégias para responder ao cético, “estratégias que são completamente diferentes uma da outra, e, ainda assim, tem em comum que não dependem de provas ou até mesmo de argumentação explícita” (STROLL, 1994, p. 27, tradução nossa). No entanto, pode-se ir além da caracterização de Avrum Stroll, já que o ponto comum a ambas estratégias que utilizam de proposições *mooreanas* (ou *proposições fulcrais* ou *dobradiças*, no caso de Wittgenstein)², pode ser suplementado pela necessidade de resposta a duas questões estruturais, nos níveis epistêmico e semântico:

¹ Ou, de outro modo, considerar plausível o que Conee & Feldman, em seu livro *Evidencialism* (2004) sustentam como uma *Perspectiva Standard* para a epistemologia, a saber, a soma de duas teses, a de que conhecemos uma grande variedade de coisas, de diferentes categorias, e, segundo, que há fontes de conhecimento primárias que possuímos nós, seres humanos, para diversas alegações de conhecimento.

² Como veremos adiante, certo tipo de proposições do senso comum que aparentemente não tem a função de proposições empíricas e funcionam como ‘regras’.

Q1 (nível epistêmico): as proposições fulcrais/proposições mooreanas podem ser conhecidas com certeza?

Q2 (nível semântico): as proposições fulcrais/proposições mooreanas possuem valor de verdade?

As respostas de Moore e Wittgenstein a essas duas questões divergem consideravelmente. Moore apresenta uma resposta positiva a ambas as questões, Q1 e Q2. Assim, o presente artigo irá abordar o fator de inovação apresentado nas respostas de Moore, que rompe com a tradição filosófica. As respostas de Wittgenstein a essas duas questões nos mostram que as proposições fulcrais não são conhecimento e que elas são regras (ou expressam regras). Porém, a função essencial e o *status* desse tipo de regra possui, pelo menos, duas interpretações, a saber, a interpretação fundacionista e a interpretação holista das proposições fulcrais. A interpretação fundacionista afirma que as proposições fulcrais se encontram na fundação das crenças em geral e possuem status epistêmico. Ao contrário, a interpretação holista afirma que as proposições fulcrais estão no centro do conjunto de proposições que compõem o significado e possuem status gramatical.

A primeira interpretação é padrão entre os comentadores do *Da Certeza* (OC) por muitos motivos. Um dos motivos é que as considerações contidas em OC não se adequam as características principais da posição holista, especificamente o holismo de Quine. Esse trabalho mostra, seguindo Gibson (2000), que as observações de OC estão em total acordo com o holismo de Quine (na sua perspectiva moderada). Consequentemente, a interpretação holista das proposições fulcrais é possível. Mas, o holismo de Quine se diferencia em alguns pontos do holismo de Wittgenstein, denominado nesse trabalho, de *holismo gramatical*.

1. A Visão Mooreana do Ceticismo

1.1. Definição do escopo das proposições do senso comum

Moore, em seus artigos *A Defence of Common Sense* (1929) e *A Proof of External World* (1939), apresenta sua estratégia contra o ceticismo (que vai ao encontro de sua refutação do idealismo), realizada a partir da defesa de um tipo de realismo do senso comum. Sendo assim, inicialmente caracterizaremos as proposições do senso comum, para nas próximas seções avaliarmos como estas são utilizadas na resposta de Moore a Q1 e Q2.

As proposições do senso comum, segundo Moore, além de existirem independentemente da mente do sujeito (*mind-independence*), são: I) proposições empíricas (e, portanto, contingentes); II) proposições verdadeiras conhecidas com certeza, mesmo que não saibamos como (sem justificação) e III)

“truísmos óbvios”. Contudo, Stroll (1994, p. 32) aponta que tais critérios fornecidos por Moore são insuficientes para determinar quais são as proposições do senso comum. De tal forma, Stroll (1994, *ibidem*) propõe dois “suplementos” para a definição de Moore, no intuito de reduzir o escopo das proposições do senso comum:

S1: proposições do senso comum não são proposições da visão científica do mundo.

S2: proposições do senso comum são independentes do contexto (*context-independent*).

S1 ocorre devido a visão do senso comum ser mais profunda e primitiva que a visão científica, antecedendo assim a ciência (isto implica que a ciência deve se adequar ao senso comum, pois este é base do próprio conhecimento científico). Sendo assim, proposições como P1 – ‘A Terra possui 4.5 bilhões de anos’ não podem ser consideradas proposições do senso comum de acordo com **S1**, pois a proposição P1 é “[...] produto de pesquisa técnica e especializada” (STROLL, 1994, p. 34, tradução nossa), enquanto proposições como P2 – ‘A Terra é muito velha’ são consideradas produto do senso comum devido a seu caráter pré-científico. Por sua vez, **S2** ocorre devido a proposições do senso comum não terem sua verdade dependente do contexto em que são pronunciadas, pois “[...] a verdade destas proposições, dado o conteúdo conceitual delas, não depende das circunstâncias nas quais elas são ditas” (STROLL, 1994, p. 36, tradução nossa). Sendo assim, proposições como P3 – ‘Existem outros indivíduos no cômodo ao lado’ não são parte do senso comum por **S2**, enquanto proposições como P4 – ‘Existem seres humanos’ são parte do senso comum³.

1.2 A resposta de Moore a Q1 e Q2

De acordo com Stroll (1994, p. 28), ao elaborar sua resposta a Q1, Moore é o primeiro filósofo a borrar as distinções entre proposições pertencentes a ‘grupos’ distintos, feitas por filósofos modernos como Leibniz, Kant e Hume. Segundo esta distinção, o ‘grupo A’ é composto de proposições necessárias, analíticas e conhecidas *a priori*, como ‘Todo solteiro é não-casado’, enquanto o ‘grupo B’ é composto de proposições contingentes, sintéticas e conhecidas *a posteriori*, como, por exemplo, ‘Barack e Michelle Obama são

³ A escolha de exemplos paradigmáticos de proposições difere da proposta por Stroll (1994), pois é provável que ele não tenha considerado o ‘problema dos indexicais’ apontado por Stalnaker (1981). Isto ocorre porque Stroll utiliza exemplos com termos indexicais como ‘eu’ para apontar proposições com valor de verdade independente do contexto, mesmo que a própria definição de termo indexical seja uma expressão linguística sensível ou dependente do contexto.

casados'. Quando uma proposição pertencer ao 'grupo A', automaticamente estará excluída do 'grupo B', e vice-versa.

As proposições pertencentes ao 'grupo A' evidentemente possuem grau de certeza (sendo certeza tomada como proposições garantidas em quaisquer circunstâncias, que não podem ser falseadas por experiência futura) mais elevado do que as pertencentes ao 'grupo B', pois o 'grupo B' conta com a falibilidade dos sentidos e com as variações das circunstâncias para a determinação de sua verdade. Como as proposições do 'grupo A' não informam nada sobre o mundo, apenas elucidam relações entre conceitos, implica-se que proposições informativas ('grupo B') que afirmam algo sobre o mundo, não podem ser conhecidas com certeza. As proposições do senso comum de Moore, devido ao seu claro pertencimento ao 'grupo B', já que são empíricas e contingentes, não partilhariam da certeza das proposições do 'grupo A'.

No entanto, Moore (1929, 1939) assim mesmo afirma que proposições do senso comum são verdadeiras e conhecidas com certeza, dando uma resposta afirmativa a Q1 e Q2, embora falhe em justificar como conhece com certeza tais proposições. Porém, a afirmação de Moore não pode ser tão facilmente realizada, pois o cético sempre desafiará Moore mantendo o caráter excludente dos grupos A e B: a falibilidade das proposições do 'grupo B' sempre irá impedi-las de partilhar do grau de certeza das proposições do 'grupo A'. De acordo com Stroll (1994, p. 42), Moore entende o argumento cético da seguinte forma:

Argumento da possibilidade do erro (APE):

(P1) Se houver *possibilidade* de que você conheça p com certeza, então você não *pode*, em nenhuma circunstância, estar errado sobre p .

(P2) Não é o caso que você não *possa* estar errado sobre p .

(C) Não há *possibilidade* de conhecer p com certeza⁴.

Por sua vez, Moore (1962) afirma que o cético está cometendo uma *falácia de equívocação*⁵ no desenvolvimento de seu argumento (*APE*), pois utiliza dois sentidos distintos de 'possibilidade': possibilidade no sentido lógico e possibilidade no sentido epistêmico. O primeiro uso de 'possibilidade' ocorre

⁴ Aqui, ao fazermos a formalização de *APE*, optamos por suplementar o argumento proposto por Stroll, utilizando uma variação do argumento de Moore (1962, p.220), basicamente uma variante de um *Modus Tollens*, a saber, $(P \rightarrow \sim Q), \sim Q, \vdash \sim P$. Stroll (1994, p. 44) apenas ressalta um condicional "se for possível que você talvez esteja errado, então se segue que você não conhece o que afirma conhecer".

⁵ De acordo com Gensler (2010, p.72), a falácia da equívocação ocorre quando se utiliza um termo de forma ambígua, ou seja, quando se altera ao longo da argumentação o sentido atribuído ao mesmo termo.

no antecedente do condicional em **P1** e em **P2** é realizado no sentido lógico. O sentido lógico somente afirma a possibilidade de negação de proposições do senso comum sem cair em autocontradição. Por exemplo, a negação de ‘Não existem seres humanos’ não é uma proposição autocontraditória. Sendo assim, este sentido de ‘possibilidade’ só afirma a contingência das proposições do senso comum, não tendo nenhuma relevância epistêmica.

A falácia da equívocação ocorre, por conseguinte, quando o cético parte para um uso diferente do mesmo termo no consequente do condicional em **P1** e em **C**, sendo este um uso epistêmico. O cético utiliza ‘possibilidade’ para afirmar que não se pode conhecer a sentença afirmada (como na sentença ‘É possível que talvez chova ou talvez não chova hoje’, que implica que não se possui conhecimento acerca das condições climáticas do dia). Em suma, a possibilidade lógica de engano, devido ao *status* contingente da proposição, evidentemente não é o mesmo que a possibilidade epistêmica de ausência de conhecimento. Portanto, o cético comete a falácia da equívocação no intuito de poder justificar seu ataque a qualquer possibilidade de alegação do conhecimento a partir do argumento *APE*.

No entanto, mesmo que Moore desqualifique o argumento *APE*, ainda é necessário realizar considerações positivas para sua afirmação de que conhece com certeza proposições do senso comum, mesmo que não possa afirmar *como* conhece. Neste momento da argumentação *mooreana* ocorre uma grande semelhança com a argumentação de Wittgenstein em *Da Certeza*, pois Moore propõe o que Stroll (1994, p.44, tradução nossa) chama de ‘absurdidade da negação’. A absurdidade da negação consiste na visão que negar algumas proposições é mais do que um erro, pois é uma *aberração*. As proposições do senso comum são conhecidas com certeza, pois sua negação “[...] vai contra aquilo que todos sabemos” (STROLL, 1994, p.45, tradução nossa), fazendo com que sua negação implique que “[...] o mundo como nós conhecemos não seria mais o mesmo” (*ibidem*, p. 46, tradução nossa). Adiante, enunciamos a justificativa de Moore para afirmar que não *pode* explicar como conhece as proposições do senso comum.

1.3 A estratégia de Moore

A forma como Moore compreende o ceticismo possui influência direta em sua estratégia para lidar com este. Para Moore, segundo Stroll (1994, p. 49), a característica principal da forma mais inteligente de ceticismo, a saber, o ceticismo pirrônico⁶, é não realizar nenhum tipo de asserção. O ceticismo

⁶ O ceticismo pirrônico pode ser resumido em duas afirmações: CP1) Suspensão da crença se é possível saber se determinada crença é verdadeira. Além disso, há também a suspensão da crença se

caracteriza-se mais como uma atitude do que como uma teoria, se visto dessa forma. Esta atitude, por sua vez, é uma ‘atitude parasitária’: o cético ‘parasita’ teorias filosóficas propositivas (no sentido clássico) e aponta suas fraquezas, minando caso a caso (pois o cético evita generalizações) qualquer tentativa de alegação de conhecimento. Posto isto, o cético não coloca nenhuma teoria propositiva, não havendo como o filósofo falsear sua teoria, ou apontá-la como errada, pelo simples fato de que não há nenhuma teoria proposta.

O que Moore intuitivamente faz, segundo Stroll (1994, p. 49), é perceber que o cético não pode ser combatido por meio da forma clássica de argumentação, a saber, por meio de provas que justifiquem e sustentem a argumentação, como a filosofia reiteradamente tentou. Sendo assim, é necessário nessa situação, desenvolver uma forma não argumentativa de lidar com o cético. Moore se recusa a ‘jogar’ o jogo do cético. Ao afirmar que não pode justificar como conhece com certeza proposições do senso comum, Moore evita o cético, mas ele mesmo nada propõe. Ao não propor nada, Moore evita o regresso epistêmico, já que não precisa oferecer qualquer tipo de justificativa que mostre como conhece. Pois o movimento do cético é pedir por critérios de justificação em uma cadeia infinita, até concluir que o agente que alega conhecimento não possui tal conhecimento alegado, já que não pode justificar como conhece. Consequentemente, Moore transfere o ônus da prova para o cético: pois se este afirma que Moore não conhece, terá que, finalmente, propor uma teoria (positiva) para afirmar como Moore não conhece. Mesmo que Moore não consiga oferecer uma prova definitiva (no sentido clássico) e ‘vencer’ o cético, segundo Stroll (1994, p. 52), se mantém em uma posição de igualdade para com o cético, tirando a constante ‘vitória’ do mesmo sobre as teorias filosóficas propositivas clássicas.

2. A Visão Wittgensteiniana do Ceticismo

2.1 A resposta de Wittgenstein a Q1: a gramática do verbo conhecer

A resposta oferecida por Wittgenstein a Q1 em *Da Certeza* (OC) está intimamente ligada com o método que o mesmo afirma ser o único em filosofia: o método *terapêutico*. O método é composto, segundo Hamilton (2014, p. 12), a partir da hipótese de que todos os problemas em filosofia não são necessariamente sobre a linguagem, mas possuem origem na *má* compreensão da linguagem. Os problemas em filosofia são *pseudoproblemas* que não devem ser resolvidos a partir de teorias, mas ao contrário, devem ser

não é possível saber se determinada crença é verdadeira; CP2) Suspensão da crença se alguém está justificado a assegurar qualquer crença verdadeira. Além disso, há também a suspensão da crença se alguém não está justificado a assegurar qualquer crença verdadeira.

dissolvidos a partir do esclarecimento do uso da linguagem utilizada na formulação dos mesmos⁷. A filosofia deve, simplesmente, deixar tudo como está.

Wittgenstein, portanto, de maneira oposta a Moore, oferece uma resposta negativa a Q1. O erro de Moore está na confusão da gramática⁸ do verbo ‘conhecer’. Quando Moore afirma que conhece com certeza proposições do senso comum é necessário que o mesmo dê razões que justifiquem como ele conhece por dois motivos: i) Wittgenstein está alinhado à definição tripartite de conhecimento – como ressaltado por Moyal-Sharrock, “Wittgenstein adere à visão padrão de conhecimento como crença verdadeira justificada” (MOYAL-SHARROCK, p. 15, tradução nossa); ii) O jogo de linguagem do conhecimento pressupõe a relação dialética de oferecer e pedir razões, pois trata-se de uma atividade pública. Em outras palavras, reunir evidências a favor ou contra uma crença específica é uma atividade que deve ser acessível a todos os sujeitos cognitivos⁹. Consequentemente, o movimento realizado por Moore ao transferir o ônus da prova para o cético é invalidado por Wittgenstein, tendo como base a própria gramática do verbo conhecer. Desta forma, Moore não pode simplesmente se recusar a *jogar* o jogo do cético.

As proposições *fulcrais* para Wittgenstein, não são um tipo de conhecimento, mas um tipo de certeza. Em uma escala, são o “[...] mais alto grau de certeza” (MOYAL-SHARROCK, p. 21, tradução nossa) que podemos alcançar. Isto justifica a razão pela qual proposições *fulcrais* não podem ser um tipo de conhecimento. Segundo Stroll (1994, p. 143), ao menos desde Aristóteles, sabemos que as premissas que sustentam uma conclusão devem ser mais plausíveis ou mais certas do que a própria conclusão a ser sustentada. Sendo assim, não é possível utilizarmos nenhuma proposição que sustente e,

⁷ O método terapêutico pode ser visto como uma continuidade ao quietismo apresentado por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. No entanto, no segundo Wittgenstein, o quietismo não é relacionado com a desconfiança com a metafísica, sendo aplicável somente a proposições não factuais, mas a todo e qualquer problema filosófico. Não se trata de um quietismo local, mas de um quietismo generalizado.

⁸ Cabe esclarecer que o conceito de gramática para o segundo Wittgenstein possui um sentido muito amplo, não abarcando somente questões da sintaxe da língua, no sentido de construção gramatical e fórmulas bem formadas, mas toda e qualquer questão acerca do sentido de nossas palavras, abarcando, portanto, também o âmbito da semântica. Para entender os usos da palavra ‘gramática’, em Wittgenstein, ver: GLOCK, H-J., *Dicionário Wittgenstein*, p. 193-8.

⁹ Certeza objetiva, por sua vez, não se trata de uma atividade pública, por isso não envolve fornecer evidências para sustentar uma determinada posição. Assim, Wittgenstein e Moore divergem quanto a relação entre certeza e conhecimento: para Moore, conhecimento e certeza estão imbricados, enquanto para Wittgenstein, quando há certeza objetiva, não pode haver conhecimento. Sendo assim, Moore tem uma visão internalista do conhecimento, enquanto é possível identificar a visão de Wittgenstein do conhecimento com um tipo de externalismo.

assim, justifique nossas crenças em proposições *fulcrais*, pois nenhuma proposição possui grau de certeza mais elevado do que elas.

A justificativa para Wittgenstein atribuir tamanho grau de certeza a esta categoria específica de proposição é a diferença entre certeza subjetiva e certeza objetiva. Certezas subjetivas são aquelas nas quais “[...] expressamos completa convicção, total ausência de dúvida e assim buscamos convencer as outras pessoas” (OC, 194). Certezas objetivas, por sua vez, são aquelas partilhadas por todo e qualquer sujeito racional. Por conseguinte, já que não é possível justificar certezas objetivas, também não é possível duvidar de certezas objetivas, pois “[...] tudo fala a seu favor, e nada fala contra” (OC, 4). Por exemplo, não faz sentido que qualquer sujeito cognitivo duvide de proposições como ‘Existem seres humanos’ sem ser considerado possuir algum tipo de anomalia cognitiva (OC, 155).

A crença em proposições *fulcrais* é, portanto, um tipo de crença que não necessita de justificação. Segundo Wittgenstein: “‘Eu sei disso’ digo para outra pessoa; há aqui uma justificação, mas não há nenhuma para a minha crença” (OC, 175). Em outras palavras, conhecimento pressupõe crença, mas o mesmo não ocorre de maneira recíproca, pois crença não pressupõe conhecimento (“Aquilo que sei, acredito” (OC, 177), mas não vale o contrário, ‘Aquilo em que acredito, sei’). Assim, Wittgenstein inicia sua empreitada contra o cético de maneira mais segura que Moore, pois, ao caracterizar proposições *fulcrais* como um tipo de crença e não de conhecimento, ‘compra’ o direito de não fornecer nenhum tipo de justificação ao cético (que o mesmo possa parasitar), sem cometer qualquer tipo de movimento equivocado, como aquele realizado por Moore. Analisaremos na próxima seção o *status* destas crenças.

2.2 A resposta de Wittgenstein a Q2: um novo tipo de regras

A resposta dada por Wittgenstein a Q2, novamente difere da oferecida por Moore, que meramente toma proposições do senso comum como proposições empíricas ordinárias, que são verdadeiras de maneira pressuposta. Wittgenstein, diferentemente de Moore, não é um teórico do senso comum, então oferece uma resposta gramatical a Q2, indo ao encontro de sua visão de linguagem apresentada nas *Investigações Filosóficas*, aprofundando-a. Sendo assim, proposições do senso comum em *Da Certeza* são um tipo de *proposições fulcrais/dobradiças* (PFs), que se diferenciam de meras proposições empíricas em uso, visto que possuem função muito peculiar em nossos jogos de linguagem. De acordo com Wittgenstein, “[...] as perguntas que formulamos e nossas dúvidas dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida, sendo como que dobradiças em torno das quais as dúvidas giram” (OC, 341). Embora sejam sentenças que, segundo Moyal-Sharrock (2007, p. 85), se

refiram ao mundo empírico, possuem um *status* lógico¹⁰ crucial em nossos jogos de linguagem, como Wittgenstein parece apontar em OC, 136:

Quando Moore diz que *sabe* isto e aquilo, está realmente a enumerar um número de proposições empíricas que afirmamos sem verificação especial; proposições que tem um papel lógico especial no sistema das nossas proposições empíricas.

Em outras palavras, Moore equivocou-se ao considerá-las meras proposições empíricas ordinárias que compõem o senso comum.

Por conseguinte, o que confere o *status* lógico às PFs é o que define a resposta negativa de Wittgenstein a Q2: as PFs são um tipo de *regra*, e não um tipo de proposição descritiva e factual. Regras são proposições normativas e não podem, portanto, ser portadoras de valor de verdade. No entanto, em *Da Certeza*, Wittgenstein parece apontar para um novo tipo de regras, frente a discussão anterior do tópico presente nas *Investigações Filosóficas* (PI). Em PI §143, Wittgenstein dá o exemplo do aluno anômalo¹¹ para se opor ao platonismo sobre as regras, afirmando que existem várias formas de se seguir uma regra, e não uma única forma objetiva que guia os indivíduos como um ‘trilho metafísico’, como o platônico afirmara. Isto leva ao paradoxo cético em PI §201: se tudo é seguir uma regra, então nada é seguir uma regra¹².

Para a argumentação presente em OC, no entanto, uma das colocações mais relevantes presentes nas PI está em PI §143 “[...] que não há uma distinção nítida entre um erro aleatório e um erro sistemático. Isto é, entre o que você está inclinado a chamar de ‘aleatório’ e ‘sistemático’”. Em OC, de maneira contrastante, Wittgenstein parece se referir as PFs como um tipo diferente de regras: em OC 15, 17, 21, 26, 28, 51, 71, 72, 155, Wittgenstein aponta que um erro não é possível com relação as PFs. Não se pode simplesmente seguir uma regra enunciada por PFs de maneira errada, não

¹⁰ Cabe salientar, que para o segundo Wittgenstein, questões da lógica são questões a respeito do significado: aqui, lógica e gramática fundem-se.

¹¹ Quer-se destacar que o ponto em discussão aqui não é acerca de erros derivados possivelmente da má-compreensão de regras, mas que aponta para uma nova maneira de compreender uma ‘regra’, aponta para um novo ‘tipo’ de regra. O exemplo do aluno anômalo é realizado a partir de uma situação onde um professor ensina o aluno a seguir uma série numérica, seja de enunciação da ordem dos números ou adição básica, e o aluno realiza a operação de maneira diferente da regra estabelecida pelo professor. No caso apresentado em PI 143 o aluno conta os números como “1, 0, 3, 2, 5, 4, ...” e no caso de PI 185 o aluno é instruído a seguir a regra $(n + 2)$, porém, quando ultrapassa 1000, passa a seguir a regra $(n + 4)$.

¹² As interpretações acerca das proposições do tópico seguir regras (PI 185-242) variam. No entanto, consideramos as mais relevantes para o presente artigo as interpretações de Kripke (que aponta para uma solução cética acerca do seguir regras em PI) e de McDowell (que aponta para um quietismo de Wittgenstein quanto ao paradoxo cético, apenas afirmando que o mesmo é superado por nossas práticas). Cabe salientar que ambas não apontam nas PI a visão de regras presente em OC, permanecendo como possivelmente inédita.

havendo possibilidade, assim, para qualquer erro, seja este aleatório ou sistemático. De maneira diferente da apresentada nas PI, não existe espaço para dúvida, para múltiplas formas de seguir uma regra, pois as regras expressas por PFs são do tipo mais básico e mais conectado com a prática do que qualquer outro. Wittgenstein, em OC 396 “[...] no começo havia ato”. A ação, aqui, evidencia as práticas mais básicas guiadas por este tipo regra em uma comunidade linguística. Assim, a ‘ação’ indiretamente constitui os próprios limites do sentido, conectando a prática linguística do senso comum com aquilo que confere sentido aos jogos de linguagem em suas particularidades. Por conseguinte, esta estrita conexão com os critérios para significatividade guiará a estratégia de Wittgenstein para lidar com o ceticismo, e é ponto crucial que o diferencia de Moore, e será abordada na última seção deste artigo. No entanto, ainda resta esclarecermos o papel que este possível novo tipo de regra desempenha em nossos jogos de linguagem.

2.2.1 Fundacionismo e Holismo

O papel desempenhado por PFs em *Da Certeza* resulta em hipóteses interpretativas aparentemente incompatíveis, tomadas em sentido estrito:

H1) Wittgenstein defende um tipo de *fundacionismo*, no qual as PFs exercem o papel de fundação de justificação¹³.

Para os autores que defendem H1, implica-se que o objetivo de OC essencialmente é:

O1) Oferecer uma teoria da justificação específica (fundacionismo) para combater o ceticismo, parando o regresso de justificações solicitadas pelo cético com crenças básicas injustificadas. Sendo assim, o *status* especial das PFs diz respeito a justificação das outras proposições, ou seja, elas possuem um *status* epistêmico.

H2) Wittgenstein defende um tipo de *holismo*, no qual as PFs são o centro do conjunto que compõe o significado.

Para os autores que defendem H2, implica-se que o objetivo de OC essencialmente é:

O2) Oferecer uma explicação do significado, na qual elucida a natureza das PFs, bem como sua relação semântica (gramatical) com as demais proposições do conjunto. Sendo assim, o *status* especial das PFs, utilizado no combate ao ceticismo, é definido de maneira gramatical. [Coliva (2000, p.168)]

Tanto Stroll (1994) quanto Moyal-Sharrock (2007) afirmam H1/O1, enquanto Gibson (2000), Coliva (2010)¹⁴, Glock (1998) e Hamilton (2014)

¹³ Cabe salientar que também existem relevantes leituras coerentistas, que não serão trabalhadas devido ao propósito do presente artigo, sendo este: aceitar a leitura holista como melhor explicação, levando em consideração que esta surge como uma reação as leituras fundacionistas.

¹⁴ Coliva não assume explicitamente que Wittgenstein afirme uma tese holista, ou tenha tendências holísticas em OC. Contudo, devido à similaridade de suas ideias com as apresentadas por Hamilton e Gibson, optamos por colocá-la como sustentando H2.

afirmam H2/O2. Dado o possível novo tipo de regra atribuído as PFs, cabe destacar a melhor visão do papel desempenhado por estas em OC, pois este é crucial para os propósitos do presente artigo, já que implicará na forma como Wittgenstein responde ao cético.

2.2.1.1 Leituras Fundacionistas

A leitura fundacionista proposta por Stroll (1994) ressalta que existem certas crenças que se encontram no senso comum que são fundamentais, a saber, as PFs. Essas crenças fundamentais são certas e, portanto, imunes a dúvida. Ampliando este ponto, Stroll afirma que Wittgenstein possui uma dupla-visão do que constitui a fundação do conhecimento, fornecendo dois relatos logicamente distintos do que seriam as PFs. Stroll (1994, p. 156) denomina esta dupla-visão de ‘fundacionismo relativo’ e ‘fundacionismo absoluto’. O ‘fundacionismo relativo’ pode ser elucidado por três pontos essenciais: a) proposições fundacionais formam um sistema; b) algumas PFs não se firmam absolutamente¹⁵, mas, relativamente, ou seja, são ‘dinâmicas’; c) algumas PFs, como, por exemplo, ‘A Terra existe.’, se firmam absolutamente, sendo ‘estáticas’. O ponto a) pode ser ressaltado por OC 142, 144, 225, o ponto b) pode ser ressaltado por OC 96-98 e o ponto c) pode ser ressaltado por OC 99.

É necessário evidenciar que, para Stroll (1994, p.155), quando Wittgenstein explica a teoria proposicional, ele enfatiza a abordagem relativa. Sendo assim, no ‘fundacionismo relativo’, as PFs possuem uma natureza proposicional, relacionando-se com as outras proposições empíricas. O ‘fundacionismo absoluto’, por sua vez, está implícito na explicação da teoria proposicional proposta por Wittgenstein. Deste modo, no ‘fundacionismo absoluto’, as PFs possuem uma natureza não-proposicional, estando fora dos jogos de linguagem e sendo estáticas, pois seu *status* não pode ser alterado. O ‘fundacionismo absoluto’ pode ser elucidado por três características: a) as PFs tratam de algo instintivo, primitivo ou animal; b) as PFs são algo semelhante a ação; c) as PFs são adquiridas através de um tipo de treinamento presente em nossas práticas ordinárias.

Deste modo, Stroll atribui a Wittgenstein um novo tipo de fundacionismo, no qual o ponto principal é a relação de *status* heterogêneo entre a fundação e o que é fundamentado, tanto na forma de ‘fundacionismo

¹⁵ Aqui, firmar-se absolutamente é atribuído aquelas PF que nunca caem em desuso, ou seja, tornam-se proposições empíricas. Firmar-se relativamente, por sua vez, é atribuído aquelas proposições que mudam de PF para proposições empíricas ordinárias, como ‘O homem nunca esteve na lua.’, que uma vez foi uma PF, porém, entrou em desuso, e converteu-se em proposição empírica.

relativo’, quando na forma de ‘fundacionismo absoluto’. Assim, Stroll aponta que Wittgenstein afasta-se do projeto cartesiano clássico, a saber, um tipo de fundamentação sólida para o conhecimento, que freie o regresso epistêmico do cético. Contudo, segundo Coliva (2010, p.168) e Hamilton (2014, p.101), uma imagem fundacionista não faz sentido fora deste projeto. Sendo assim, H1/O1 possui uma visão errônea dos propósitos de OC, que se afastam de uma ‘estrutura cognitiva clássica’, visando justamente seu oposto: elucidar a natureza de um ‘novo’ tipo de certeza proposto por Wittgenstein, que mostra-se não epistêmica.

A leitura fundacionista desenvolvida por Moyal-Sharrock (2007), por sua vez, parece dissolver a distinção proposta por Stroll, abordando de maneira mais aprofundada e ampla o ‘fundacionismo absoluto’. A autora caracteriza as PFs como um tipo de crença básica (2007, p. 8), animal (2007, *ibidem*) e não proposicional (2007, p. 33). Para Moyal-Sharrock (2007, p.7), OC enuncia o erro da virada linguística em filosofia analítica, pois a virada correta, na verdade, é a virada pragmática, em um sentido específico inaugurado por Wittgenstein: o *pragmatismo lógico* (*Logical Pragmatism*). O *Pragmatismo Lógico* é visto de maneira ampla, no qual as PFs, que constituem o fundamento dos jogos de linguagem, são um tipo de “*know-how*, atitude ou forma de agir” (MOYAL-SHARROCK, 2007, p. 171, tradução nossa) salientando a primazia do ato sob a palavra. Porém, este *know-how* é tomado em sentido lógico, pois estas ações que constituem o *know-how* delimitam os limites do sentido, bem como tornam o próprio sentido possível. Por conseguinte, tomando a metáfora do rio (OC 96), as PFs constituem a fundação dos nossos jogos de linguagem, a *rocha dura* que permite o fluxo do rio. No entanto, por mais que suportem os jogos de linguagem, as PFs não participam dos jogos de linguagem, não estando inseridas em contextos linguísticos, pois estas não são um tipo de proposição, não podem ser verbalizadas e colocadas em contextos epistêmicos, somente manifestas em ato.

Consequentemente, qualquer enunciação de PFs, para Moyal-Sharrock, é um tipo de *doppelgänger*: apenas tem a forma de PFs, sem efetivamente ser PFs. Isto se deve por Moyal-Sharrock (2007, p. 35) afirmar que Wittgenstein mantém ao longo de toda a sua filosofia a bipolaridade como critério decisivo para a proposição. As PFs, por sua vez, são um tipo de regra, que evidentemente não cumpre com o critério da bipolaridade exigido, dado o seu caráter normativo. No entanto, Moyal-Sharrock parece desconsiderar o aparente *abandono* da bipolaridade que ocorre em PI §136: proposição passa a ser um termo que se conecta por *semelhança de família*, não possuindo mais o critério rígido da bipolaridade, presente no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Proposição passa a ser, portanto, um termo muito mais fluido, relacionado ao

sentido: tudo aquilo que possui sentido é proposicional. Como o critério para o sentido em PI é o uso, conclui-se que é desnecessário defender um tipo de não-proposicionalidade em PFs com base na ausência do critério de bipolaridade.

No entanto, o fundacionismo apontado por Moyal-Sharrock, parece ter maiores problemas em relação ao fundacionismo apontado por Stroll: utilizar um fundamento de crenças básicas, não proposicionais e animais para todo e qualquer tipo de conhecimento proposicional, não básico e de sofisticação cognitiva parece criar um tipo de *lacuna* justificativa. Pois, Moyal-Sharrock não explica como realiza-se a passagem destas crenças de *status* não-cognitivo e não-proposicional para as crenças de *status* cognitivo e proposicional, mesmo que estas estejam em uma relação de fundamentação, e essa já seria razão plausível para rejeitar uma leitura fundacionista de OC nos moldes pretendidos pela autora¹⁶, bem como pretendidos por Stroll.

¹⁶ Anteriormente, em artigo escrito em parceria com outro autor, procuramos sustentar que uma leitura fundacionista do *Da Certeza* poderia ser adequada para oferecer uma solução ao Problema do Regresso Epistêmico (NEVES & CARMO, 2015). Basicamente, a visão de Moyal-Sharrock (2007), recorrente em diferentes obras, foi tomada como ponto de partida à solução, e defendemos que as *hinges*, *dobradiças*, seriam o *lócus* que evitaria o Regresso, e basicamente, para isso, compramos todo o 'pacote' sugerido pela autora. Isso nos fez ter de responder à severa crítica de Pritchard (2012) à interpretação de Moyal-Sharrock, pois, para ele, a autora comete um erro interpretativo do *Da Certeza* (ou ao menos é convidada a responder), visto que Wittgenstein, em diferentes passagens da obra, destaca que o 'suporte', a 'fundação' que supostamente é atribuída às *hinges* (tomadas por Moyal-Sharrock como 'crenças básicas') não nos permite deduzir delas outras crenças, tendo apenas que ser tomadas como um pano de fundo (GLOCK, 1998, p. 77). Pritchard observa que Wittgenstein pretende assegurar que as crenças básicas possuam duas características importantes: ser imunes à dúvida e ao suporte racional. Por sua vez, toda a avaliação racional é sempre local, e sempre irá pressupor as *hinges* (dobradiças), que são não-racionais. A consequência do argumento, para o autor, é que Wittgenstein apresenta certa concepção das 'estruturas racionais', cuja 'base' é sempre composta pelas dobradiças que são imunes à avaliação racional, visto que identificam um tipo de confiança 'primitiva' (OC 475). O ponto de divergência entre Pritchard e Moyal-Sharrock irá concentrar-se justamente sobre a não-proposicionalidade das *hinges* (sustentada por Moyal-Sharrock), e das consequências que uma posição como essa poderá trazer à epistemologia, a saber, como crenças básicas poderiam sustentar a 'casa toda', e, decorrente disso, garantir que as *hinges* não podem ser racionalmente sustentadas, como sustenta Wittgenstein. Pritchard apela ao Princípio do Fechamento para mostrar que, aparentemente, uma crença básica poderia, caso não tivémos de negar este plausível princípio, ser racionalmente sustentada, o que obviamente seria um problema para a posição de Moyal-Sharrock em virtude de que enfraqueceria a posição wittgensteiniana assumida pela fortuna crítica. De modo a tentar dissolver a disputa, propusemos uma metodologia 'empírica' para distinção entre manifestações (heurísticas) de *hinges* (originalmente não-proposicionais, como sustenta Moyal-Sharrock) e genuínas proposições empíricas (quanto ao uso), de modo a, ao não rejeitar o Princípio do Fechamento e ao tentar assegurar que *hinges* não poderiam ser racionalmente sustentadas, manter a posição fundacionista da autora (ver em NEVES & CARMO, 2015, p. 120-6). No entanto, como esclarecemos aqui, não parece adequado sustentar a não-proposicionalidade de algumas proposições, como quis Moyal-Sharrock, sobretudo por que a autora parece ser inconsistente em sustentar que Wittgenstein teria mantido uma compreensão unívoca de 'proposição' (tractariana) na totalidade de suas obras, o que garantiria, para ela,

2.2.1.2 As leituras holistas

Dado que as leituras fundacionistas apresentam problemas tanto no âmbito de coerência interna, quanto no âmbito interpretativo de OC, as leituras holistas parecem apontar para uma interpretação mais coerente e sólida das últimas anotações de Wittgenstein. Contudo, estas leituras possuem uma especificidade: o paralelo realizado com as considerações sobre holismo feitas por Quine, no mesmo período. Sendo assim, faz-se necessário explicar as particularidades do holismo de Quine defendido em duas versões: a versão radical, apresentada em *Dois Dogmas do Empirismo* (1951), e a versão moderada, apresentada inicialmente em *Palavra e Objeto* (1960), e revisada em *On Empirically Equivalent Systems of the World* (1975), pois as diferenças entre os holismos quineanos implicam em suas similaridades (ou não) com as tendências holísticas e/ou o holismo específico¹⁷ de Wittgenstein em OC.

A visão holista foi explicitamente defendida por Quine na sua crítica aos dois dogmas do empirismo, a saber, o dogma da distinção analítico/sintético¹⁸ e ao dogma do reducionismo¹⁹. Mas, o que é destacado por Quine é que os dogmas do reducionismo e da distinção analítico/sintético (os dogmas se apoiam mutuamente) devem ser substituídos por uma versão *radical de holismo*, isto é, “que nossas [declarações] sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como *corpo organizado*” (QUINE, 2011, p. 65, grifos nossos). O necessário para entender a versão radical de holismo de Quine se concentra no entendimento do que seria “um corpo organizado” ou, em outras palavras, a “unidade da significância empírica”. Para Quine (2011, p. 66), a unidade da significância empírica não é composta por termos ou proposição. Ao contrário, a unidade da significância empírica é a totalidade das proposições da ciência. Assim sendo, Quine afirma que é a totalidade das nossas declarações que enfrenta o tribunal da experiência. Esse direcionamento para o holismo leva Quine a

que *hinges* não seriam propriamente ‘proposições’ nesse sentido. Também, argumentamos aqui que parece mais correto compreender a posição de Wittgenstein no *Da Certeza* como *holista*, um Holismo *Gramatical*, o que naturalmente afasta as objeções de Pritchard à Moyal-Sharrock, acima resumidas.

¹⁷ Para os propósitos do presente artigo, faz-se importante distinguir ‘tendências holistas’ de uma posição ‘holista específica’. A visão de tendências holistas é utilizada de maneira branda para aproximar alguns pontos das considerações de Wittgenstein em OC com o holismo de Quine. A posição ‘holista específica’ é utilizado para apontar uma leitura substantiva a respeito do holismo, proposta em H2/O2.

¹⁸ Declarações analíticas são as declarações que são verdadeiras em virtude somente do seu significado cognitivo. Em outras palavras, a sua verdade não depende de como o mundo é. Declarações sintéticas são as declarações que são verdadeiras em virtude dos seus significados e de como o mundo é.

¹⁹ A ideia de que as declarações tomadas isoladamente de outros pares de declarações podem admitir confirmação ou invalidação.

assumir um *falibilismo*, pois nenhuma declaração no sistema é imune à revisão. Nas palavras de Quine:

[...] o campo total é tão subdeterminado por suas condições limítrofes – a experiência –, que há grande margem de escolha a respeito de quais [declarações] devem ser [reavaliadas] à luz de qualquer experiência individual contrária. Nenhuma experiência particular está vinculada a [alguma] [declaração] no interior do campo, exceto indiretamente por meio de considerações de equilíbrio que afetam o campo como um todo (QUINE, 2011, p. 67).

Contudo, de acordo com Gibson (2000, p.81-3), Quine reajustou o seu holismo radical em dois pontos, ressaltando um *holismo moderado*: i) Não é o todo da ciência mas *partes significativas* da ciência que possuem consequências observáveis ou que são a unidade de significância empírica; ii) Algumas declarações (declarações de observação holofrásticas) são individualmente suscetíveis para testes de observação, pois são apreendidas ou poderiam ser apreendidas nas gamas de padrão de estímulos sensoriais. A característica que explica o ponto i) refere-se a ressalva de Quine com a amplitude do holismo. Ao contrário do que foi exposto nos *Dois Dogmas do Empirismo*, Quine afirma que a prática científica real o faz pensar não mais na totalidade da ciência, mas em alguns trechos ou partes significativas da ciência. Nas palavras de Quine,

A ciência não é nem descontínua nem monolítica. É variavelmente articulada e solta em tais articulações em diferentes graus. [...] Muito pouco é ganho dizendo que a unidade é, em princípio, o todo da ciência, por mais defensável que seja esta afirmação (QUINE, 1975, p. 314-315, tradução nossa).

A característica que explica o ponto ii), que declarações são individualmente suscetíveis a testes de observação ocorre porque Quine passa a enxergar as declarações de observação com uma dupla conexão, a saber, uma conexão holofrástica e uma conexão analítica. Uma declaração observacional é ligada holofrásticamente por gamas de estímulos sensoriais, por exemplo, quando se atribui a declaração ‘Isto+é+lua’ ao estímulo sensorial causado pelo objeto que brilha no céu a noite. Desta forma, aprendemos a analisar a declaração holofrástica na declaração ‘Isto é a lua’. Por implicação, as declarações podem ser confirmadas (ou não) individualmente. Contudo, as declarações de observação também se ligam a declarações teóricas (afirmações que não possuem uma relação com uma estimulação sensorial) analiticamente, em virtude de que compartilham algum vocabulário. Por exemplo, a declaração observacional holofrástica ‘Isto+é+lua’ pode ser relacionada à declaração teórica ‘A lua é um satélite natural da Terra.’ na rede de crenças de um indivíduo, no momento que ele aprende a analisar a declaração holofrástica de estímulo proximal ‘Isto+é+lua’ na declaração ‘Isto é a lua’ e, obviamente, está a par de alguma teoria astrofísica. Partindo deste ponto, as declarações só

podem ser confirmadas (ou não) de maneira conjunta. A conexão analítica pode se sobrepor a conexão holofrástica, ou, em outras palavras, uma ‘observação incomum’ recalcitrante pode ser descartada em virtude de razões pragmáticas relativas a manutenção do sistema, como conservadorismo, simplicidade, generalização, fecundidade e etc.²⁰

Dado as definições de holismo, Quine utiliza a tese do holismo moderado não somente para substituir o reducionismo, para fundamentar sua tese da *indeterminação da tradução*, e para a explicação das verdades da lógica e da matemática mas, também, de maneira mais importante para os objetivos do presente artigo, para combater o ceticismo global (ceticismo a respeito do mundo exterior). Como naturalista, Quine acreditava que não é a filosofia primeira que nos conta o que existe (ontologia) e como nós conhecemos o que existe (epistemologia). Em geral, Quine aceita uma ontologia fisicalista (que inclui conjuntos) e uma epistemologia empirista, sendo ambas um pressuposto de nossas melhores teorias científicas. Como a ciência é uma continuidade do senso comum na rede de crenças, seus pressupostos são partilhados. Em outras palavras, uma ontologia fisicalista e uma epistemologia empirista são igualmente pressupostos do senso comum. O que a ciência faz, portanto, é ampliar e aprofundar o conhecimento já presente no senso comum. Assim, quando o cético coloca em dúvida a existência do mundo exterior, trata-se, para Quine, simplesmente de uma confusão, e não de rigor filosófico. Exigir provas ou evidências sobre o conhecimento do homem comum ou do físico sobre os pressupostos é uma confusão pomposa, e não um perfeccionismo louvável (QUINE, 1976, p. 229-230).

Sendo assim, as considerações sobre o holismo moderado de Quine e seu combate ao ceticismo conectam-se com OC, segundo a leitura de Gibson (2000, p. 88), em dois pontos: e) Wittgenstein ressalta tendências holistas em OC que se assemelham ao holismo moderado de Quine; f) Wittgenstein parece utilizar estes *insights* holistas para resolver o problema do ceticismo. Pois, tanto Wittgenstein quanto Quine atribuem um *status* especial para as crenças do senso comum. De acordo com Gibson (2000, p. 89-92), as duas formas de fundacionismo propostas por Stroll, a saber, ‘fundacionismo relativo’ e ‘fundacionismo absoluto’ possuem tendências que se assemelham ao holismo moderado de Quine. No caso do ‘fundacionismo relativo’, baseado em OC 96-99, 144, 152, 225, todas as proposições são revisáveis, porém não de maneira igual, pois a revisão de certas proposições pode ser evitada, dado que sua

²⁰ No holismo moderado de Quine, há uma dialética de valores epistêmicos, que são incomensuráveis. Os valores de observação concorrem com os valores pragmáticos, que concorrem entre si. Assim sendo, não há critérios absolutos para julgar conflitos de valores.

revisão ocasionaria um problema para o sistema. Contudo, a diferença que existe entre o holismo moderado e o ‘fundacionismo relativo’ mostra-se substantiva, pois Wittgenstein parece endossar, segundo Gibson, algo semelhante a uma distinção analítico/sintético, uma distinção que Quine busca se afastar. Em outras palavras, as PFs, no ‘fundacionismo relativo’ constituem-se de uma espécie de proposição diferente em tipo das demais proposições que constituem o significado, a saber, possuem um *status* diferente. Quine somente admite uma diferenciação em grau entre as declarações observacionais limítrofes e as declarações no interior do sistema, a saber, de acordo com sua proximidade com a experiência.

No ‘fundacionismo absoluto’, de acordo com Stroll, não há qualquer relação com o holismo, sendo justamente o que diferencia a visão geral presente em OC do holismo defendido por Quine. Pois, de acordo com o ‘fundacionismo absoluto’ de Stroll, a fundação se mantém sempre estática, não sendo nem eliminável, e nem revisável, em oposição a suposta visão de crenças flutuantes de Quine. Seguindo as considerações de Gibson, o erro de Stroll é considerar que Quine só possui um tipo de holismo, a saber, o holismo radical. Contudo, no holismo moderado, Quine aponta que algumas declarações não são elimináveis e nem revisáveis, pois, segundo Gibson (2000, p.92), o holismo restringe-se ao âmbito das teorias científicas, e não das declarações do senso comum. Isto é evidenciado pela reprovação de Quine a dúvida filosófica que conflita com o senso comum, que é essencial em sua resposta ao ceticismo global (ceticismo a respeito do mundo exterior). Sendo assim, de maneira oposta ao pensado por Stroll, o ‘fundacionismo absoluto’ não seria reprovado por Quine, possuindo uma conexão com o seu holismo moderado.

Contudo, de acordo com as considerações feitas por Coliva (2010), Hamilton (2014) e Glock (1998), parece ser desnecessário preservar a visão fundacionista de Stroll em suas duas versões, tanto ‘fundacionismo relativo’, quanto ‘fundacionismo absoluto’²¹. Pois, além das leituras fundacionistas apresentarem problemas interpretativos relativos as considerações presentes em OC, Wittgenstein parece possuir mais do que tendências holísticas, ou proximidades com uma posição holista, como apontado por Gibson (2000). Distanciando-se das considerações de Gibson, Wittgenstein parece desenvolver um novo tipo de holismo, que denominaremos *holismo gramatical*. O ponto gramatical está de acordo com OC 51-56, 136, 167, enquanto o ponto

²¹ Mesmo que o ‘fundacionismo absoluto’ se aproxime muito do holismo quineano, dado que Gibson (2000, p. 92) considera-o “aprovável” em uma perspectiva naturalista, a leitura fundacionista mostra-se problemática no âmbito de interpretação e coesão das considerações presentes em OC.

holista está de acordo com OC 96, 105, 140-144, 152, 153, 225, 248, 273-274, 298.

Sendo assim, o *holismo gramatical* é uma proposta de interpretação pautada em considerações similares entre os autores que defendem H2/O2 de maneira geral, a parte de suas considerações divergentes. De maneira diferente da proposta de Quine em seu holismo moderado, o *holismo gramatical* pauta-se em duas teses principais: 1) concebe a gramática como essencialmente normativa, seguindo o pensamento presente nas PI; 2) apresenta um dualismo mais rígido de proposições (HAMILTON, 2014, p. 104). A tese 2) é implicada de 1), ou seja, o ‘dualismo mais rígido’ de proposições é oriundo da própria ‘natureza’ normativa da gramática. O ponto gramatical dá-se, especialmente em:

Quando Moore diz que sabe isto e aquilo, está realmente a enumerar um número de proposições empíricas que afirmamos sem verificação especial; proposições que tem um *papel lógico especial no sistema de nossas proposições empíricas* (WITTGENSTEIN, OC 136, grifos nossos, tradução nossa).

É claro que nem todas as proposições empíricas tem o mesmo status, já que se pode formular uma proposição e convertê-la de proposição empírica em norma de descrição (WITTGENSTEIN, OC 167, grifos nossos, tradução nossa).

O critério que diferencia as proposições no *holismo gramatical* de Wittgenstein em *status* ou tipo é o papel lógico (o uso) que estas desempenham no sistema dos jogos de linguagem²². Esta diferenciação, segundo Glock (1998, p. 169), ocorre entre PFs, e proposição empírica ordinária. Quando a proposição é empírica, é descritiva e factual, e pode ser comparada com a evidência. De outro modo, quando é uma PFs, possui uma conexão estreita com a prática, não pode ser nem confirmada e nem falseabilizada, dado seu caráter normativo, sendo muitas vezes abandonada (devido ao caráter ‘flutuante’ e dinâmico que há entre PFs e proposições empíricas no holismo) em virtude de algo diferente da evidência. Contudo, como a lógica está incluída nas questões de gramática, o ponto que traça a diferença decisiva do *holismo gramatical* de Wittgenstein, frente ao holismo moderado de Quine, é um ponto gramatical, que determina a diferenciação de *status* entre proposições. Porém, cabe salientar que, diferente do que apresentado por Gibson (2000, p. 90) e reforçado por Coliva (2010, p.154), Wittgenstein não cai em uma distinção analítico/sintético, nem em nada similar a esta, pois o *status* não é definido por uma análise reducionista de declarações em categorias excludentes, mas na diferença entre norma e descrição.

²² Cabe salientar que Wittgenstein não adota uma “forma geral da proposição”, como apresentado no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

O ponto holista, por sua vez, dá-se especialmente em:

A criança aprende a acreditar em um grande número de coisas. Isto é, aprende a atuar de acordo com estas convicções. Pouco a pouco, forma-se um sistema daquilo que acredito, e, neste sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes, enquanto algumas outras são mais ou menos suscetíveis de alteração. Aquilo que permanece firme não o é assim por ser intrinsecamente óbvio ou convincente; antes aquilo que o rodeia é o que lhe dá firmeza. (WITTGENSTEIN, OC 144, tradução nossa)

Aquilo que mantenho firme não é uma única proposição, mas um conjunto de proposições. (WITTGENSTEIN, OC 225, tradução nossa)

Desta maneira, as proposições em OC funcionam como um sistema interligado, que se suporta mutuamente. Em outras palavras, “[Wittgenstein] é um holista concernente a crença²³, no que afirma que cada proposição ganha seu sentido da prática completa de ajuizar e fazer asserções.” (HAMILTON, p. 102, tradução nossa). Consequentemente, o *status* das proposições só pode ser determinado através do sistema como um todo. A partir da flutuação entre PFs e proposições empíricas dentro do sistema é que adquirimos nosso quadro de referência, que torna o próprio significado possível.

Ademais, Hamilton (2014, p. 108) e Coliva (2010, p. 169), propõem uma visão da relação entre as PFs e as demais proposições empíricas que aproxima o *holismo gramatical* de Wittgenstein ao holismo moderado de Quine em um aspecto: a ‘imutabilidade’ ou ‘ineliminabilidade’ de algumas proposições²⁴. Pois, a relação entre PFs e proposições empíricas ordinárias pode ser A) sincrônica, onde uma proposição pode funcionar tanto como proposição empírica quanto regra, dependendo do seu uso (por exemplo, a proposição ‘Eu tenho duas mãos.’ pode tanto ser usada como PFs, para enunciação de uma regra, como proposição empírica ordinária, para resposta em um questionário.); B) diacrônica, onde o *status* da proposição flutua entre PFs e proposição empírica (por exemplo, a proposição ‘O homem nunca esteve na lua.’, que uma vez foi PFs, mas, entrou em desuso e passou a ser apenas uma proposição empírica ordinária); C) contingentemente absoluta, onde o *status* das PFs parece ser, em certo grau, imutável, devido a seu *status* normativo sólido (por exemplo, a proposição ‘A Terra existe há muitos anos.’ parece ter sido fossilizada como regra de maneira que não pode ser colocada

²³ De acordo com Hamilton (2014, p.102) em uma perspectiva holista, os conceitos crença e proposição são, em algum grau, intercambiáveis, no sentido de que compõem um sistema cujos elementos são interdependentes.

²⁴ Cabe salientar que, segundo Glock (1998, p.172), o holismo radical de Quine também pode ser aproximado do holismo que Wittgenstein apresenta em OC. Contudo, para os propósitos do presente artigo, o holismo moderado de Quine é uma melhor escolha, dado seu tratamento mais efetivo do problema do ceticismo.

em desuso da mesma forma que B), já que parece ter sido totalmente removida do âmbito de proposições empíricas ordinárias).

No caso de C), de acordo com Glock (1998, p. 171), a aparente ‘necessidade’ de tais proposições se dá por convenção, e não em um sentido metafísico, sendo este ponto também partilhado por Quine. Para que possamos prosseguir com a ciência, no caso de Quine, e com o sentido, no caso de Wittgenstein, precisamos que algo já esteja pressuposto em nossas práticas e na comunidade linguística, estando, em certo ponto, além da revisão. Da perspectiva do holismo moderado de Quine, esta afirmação justifica-se pragmaticamente, dado a limitação da experiência sensível (uma vez que não podemos esgotar a experiência sensível). Da perspectiva do *holismo gramatical* de Wittgenstein, esta afirmação justifica-se pela própria distinção entre sentido e absurdo. Pois, tomar algumas proposições como ‘imutáveis’, sendo imunes à dúvida e a revisão, constitui a própria racionalidade e a delimitação do sentido. Em outras palavras, “se abrissemos mão das regras gramaticais que governam o uso de todas as nossas palavras, estas perderiam todo o significado.” (GLOCK, 1998, p. 173).

Deste modo, H2 e O2 parecem oferecer uma leitura mais coerente e sólida de OC tanto em seu âmbito explicativo da relação entre as considerações presentes na obra, quanto no âmbito da abordagem correta do problema do ceticismo a respeito do mundo exterior desenvolvida por Wittgenstein. De maneira similar ao holismo moderado de Quine, que foi utilizado na resolução do problema cético, o *holismo gramatical* de Wittgenstein seria igualmente capaz de dissolver o problema cético, mesmo que localizando esta dissolução em um âmbito semântico, como afirmado em O2. Pois, a partir da visão total do significado, que conecta as proposições lógico-gramaticais (PFs) com as proposições empíricas ordinárias, só é possível fazer sentido dentro de um sistema com pressupostos compartilhados. Em outras palavras, é necessário aceitar um determinado quadro de referência partilhado por todos os membros do sistema, ou seja, da comunidade linguística. Em termos quineanos, os pressupostos do sistema são partilhados entre o homem comum, e o físico. Portanto, de maneira similar a Quine, algumas dúvidas que conflitam com aquilo que é partilhado (pressuposto) por todos os agentes racionais que utilizam a linguagem de maneira significativa, em termos wittgensteinianos, parecem tratar-se de um pseudoproblema colocado por filósofos.

2.4 A estratégia de Wittgenstein

De maneira similar a Moore e Quine, a visão que Wittgenstein possui acerca do ceticismo determina sua estratégia para lidar com o mesmo. A visão terapêutica de Wittgenstein da filosofia em OC adquire linhas semelhantes ao

Tractatus: enquanto nas PI o método terapêutico é colocado sem grandes justificativas, em OC Wittgenstein “compra” seu direito de desqualificar o cético. Se no *Tractatus* Wittgenstein desenvolve a metafísica do atomismo lógico para justificar o porquê deve-se calar acerca de *proposições* da metafísica, ética e estética, em OC Wittgenstein justifica o porquê o cético não pode realizar sua ‘atitude’ de dúvida.

Sendo assim, as PFs desempenham papel crucial na diferença de estratégia de Wittgenstein frente a Moore para lidar com o ceticismo. Wittgenstein vê o problema cético de forma negativa, não levando o cético a sério e buscando dissolver o problema cético²⁵. Segundo Wittgenstein, em OC 31 “As proposições a que se regressa repetidamente como por encanto – gostaria de as expurgar da linguagem filosófica”. O problema cético, que persiste na filosofia de maneira reiterada, deve ser eliminado. A eliminação do problema cético ocorre, por sua vez, a partir das PFs, e de seu papel na leitura holista, pois Wittgenstein quer mostrar que o cético ‘serra o galho’ no qual está sentado, duvidando onde a dúvida não faz sentido. É importante ressaltar que o caráter holista é essencial para esta visão, pois as proposições das quais o cético dúvida, que são imprescindíveis para o significado, dado seu *status* normativo e sua conexão com a prática, conectam-se de maneira sistêmica com todas as outras proposições significativas. Assim, excluir ou duvidar de um conjunto de proposições é duvidar do esquema conceitual inteiro, pois tudo está interrelacionado.

Deste modo, como as PFs, são um tipo de regra ‘necessária’ para o sentido, quando tomadas em conjunto com as proposições empíricas: sem elas, não poderíamos ingressar nos jogos de linguagem, não podendo falar significativamente, e, conseqüentemente, perdendo o sentido da própria racionalidade. Pois, como apontado por Wittgenstein, é diferente cometer um erro ao realizar uma operação matemática, e cometer um erro questionando a própria existência. O segundo *erro* não é possível, pois trata-se de algo patológico, como apontado na concepção de um novo tipo de regra.

Um segundo ponto que aponta para uma visão holista na estratégia de Wittgenstein contra o ceticismo, é surpreendentemente ressaltado por Moyal-Sharrock (2007, p. 158). Segundo a autora, Wittgenstein não possui uma noção *biperspectivista* de ceticismo, que afirma a existência de uma perspectiva específica de ceticismo no âmbito da filosofia, que não atinge nossas crenças ordinárias. A negação do *biperspectivismo* parece estar pressuposta em Moore, em S1, em Quine, no holismo moderado e em Wittgenstein, no holismo

²⁵ Algo semelhante a atitude de Quine apresentada em *On Empirically Equivalent Systems of the World* (1975).

gramatical. Ambos os três atribuem um caráter especial às proposições comuns partilhadas por todos os agentes racionais que falam uma linguagem com sentido (proposições do senso comum). Assim, mostram que as ‘proposições’ da filosofia não estão em um *status* superior, não possuindo qualquer justificativa para conflitar com o senso comum.

De maneira similar no pensamento dos três autores, a única forma de ceticismo é, portanto, o ceticismo que atinge nossas crenças ordinárias, não havendo um ‘isolamento’ do ceticismo no âmbito filosófico. De maneira específica, contudo, dado o *holismo gramatical*, em OC 141, afirma Wittgenstein: “Quando começamos a *acreditar* em qualquer coisa, aquilo em que acreditamos não é uma proposição isolada, é um sistema completo de proposições”. E, se o cético dúvida das crenças ordinárias, que constituem algo ‘necessário’ em nossa rede de crenças, adotada de maneira conjunta, *não* pode ingressar nos jogos de linguagem e, por conseguinte, participar da comunidade linguística. Logo, o próprio cético deixa de fazer sentido, pois dúvida daquilo que torna o próprio sentido possível, já que acaba por duvidar do sistema inteiro, ou de grande parte dele. O problema cético é, então, dissolvido de maneira satisfatória por H2/O2.

Considerações finais

Uma análise da estratégia desenvolvida por Moore para lidar com o cético, realizada por Stroll através do acompanhamento da estrutura argumentativa de Moore em seus artigos sobre o tema, mostra a profundidade e a engenhosidade *mooreana* em seu tratamento do ceticismo. No entanto, na tentativa de colocar-se em posição de igualdade para com o cético, Moore acaba por apresentar uma tentativa falha, mas não apressada de resolução do problema cético. A partir da intuição que Moore tem a respeito do ceticismo como atitude, abre caminho para novas formas de lidar com o problema. E, como apontado por Stroll, as maiores revoluções em filosofia são feitas por mudanças metodológicas.

Wittgenstein, por sua vez, desenvolve uma estratégia mais sofisticada para lidar com o ceticismo. Através do *holismo gramatical*, Wittgenstein ressalta dois pontos em uma relação de implicação, isto é, i) normatividade da gramática e ii) a distinção de *status* entre proposições empíricas e proposições fulcrais. As proposições fulcrais, que são um novo tipo de regra, são abarcadas na metáfora holista como uma boa estratégia frente ao problema cético do mundo exterior. Pois, o que confere o *status* especial a este novo tipo de regra é justamente sua ausência de erro, dúvida, revisibilidade ou eliminação, assemelhando-se ao holismo moderado de Quine (quando o mesmo parece ressaltar que os fundamentos das crenças do senso comum não são passíveis

de revisão ou eliminação dado a preocupação com a eficácia sistemática da teoria). Além disso, é importante ressaltar o caráter sistemático dessa relação entre novo tipo de regra e as proposições empíricas ordinárias, a saber, as proposições (regras e proposições empíricas) só adquirem seu *status* normativo ou descritivo em conjunto, nunca individualmente.

Com o *holismo gramatical*, Wittgenstein dissolve o problema do cético de maneira válida, pois não comete nenhum movimento ‘inválido’ como Moore (que se ‘recusa a jogar o jogo do cético’, embora afirme que sabe com certeza as proposições do senso comum). Seu objetivo principal, assim, é invalidar o ceticismo a respeito do mundo exterior a partir de considerações semânticas que são pressupostas e ‘necessárias’ no sistema de crenças que o próprio cético participa. Wittgenstein atinge o âmbito epistêmico partindo do âmbito semântico. Pois, ao duvidar daquilo que deve ser tomado como pressuposto para que o ‘significado seja possível’, o cético extrapola os próprios limites entre sentido (semântico) e absurdo, tornando-se irracional (epistêmico).

Referências

- CHILD, W. *Wittgenstein*. Tradução de Roberto R. Pich. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- COLIVA, A. *Moore and Wittgenstein: scepticism, certainty and common sense*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- CONEE, E. & FELDMAN, R. *Evidentialism: Essays on epistemology*. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- DAS NEVES; DO CARMO. “Wittgenstein: uma solução fundacionista ao problema do regresso epistêmico”. In: *Dissertatio*, Dossiê Wittgenstein, 2015, p. 105-127.
- DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- FOGELIN, R. *Wittgenstein: The arguments of the philosophers*. Londres: Routledge, 1976.
- GENSLER, H. *Introdução à Lógica*. Tradução de Christian M. de Amorim. São Paulo: Paulus, 2016.
- GIBSON, R. “Quine, Wittgenstein and Holism”. In: ORENSTEIN, A.; KOTATKO, P. (eds.). *Knowledge, Language and Logic*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000, p. 81-93.
- GLOCK, H-J. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- HAMILTON, A. *Wittgenstein and On Certainty*. New York: Routledge, 2014.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de M. P. Santos e A. F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.
- KENNY, A. *Wittgenstein*. Harmondsworth: Penguin Books, 1976.
- MOORE, G. “Four Forms of Skepticism”. In: SOSA, E.; KIM, J.; FANTL, J.; MCGRATH, M. (eds.). *Epistemology: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 29-31.
- _____; G. “Proof of An External World”. In: SOSA, E.; KIM, J.; FANTL, J.; MCGRATH, M. (eds.). *Epistemology: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 26-29.
- _____; G. “Certainty”. In: SOSA, E.; KIM, J.; FANTL, J.; MCGRATH, M. (eds.). *Epistemology: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 31-35.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Understanding Wittgenstein’s On Certainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- PRITCHARD, D. “Wittgenstein and the groundlessness of our believing”. In: *Synthese*, 189(2), 255-272doi: 10.1007/s11229-011-0057-8, 2012.
- STALNAKER, R. “Indexical Belief”. In: *Synthese*, v: 49, 1981, p. 129-151.
- STROLL, A. *Moore and Wittgenstein On Certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- QUINE, W. “Dois Dogmas do Empirismo”. In: QUINE, W. *De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos*. Trad. A. I. Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 37-72.
- _____; W. *Word and Object*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- _____; W. “On Empirically Equivalent Systems of the World”. In: *Erkenntnis* v. 9, 1975.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.
- _____; L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- _____; L. *On Certainty*. New York: Harper Torchbooks, 1969.

E-mail: eduardofnfilho@yahoo.com.br

Recebido: Dezembro/2018

Aprovado: Agosto/2019